

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Janeiro/2019



**RECIFE**  
PREFEITURA DA CIDADE

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO  
E GESTÃO DE PESSOAS**

## Concurso Público para Preenchimento de Vagas de Analista de Gestão Administrativa

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

**Quem não gosta de samba**

“Como se dá que ritmos e melodias, embora tão somente sons, se assemelhem a estados da alma?”, pergunta Aristóteles. Há pessoas que não suportam a música; mas há também uma venerável linhagem de moralistas que não suporta a ideia do que a música é capaz de suscitar nos ouvintes. Platão condenou certas escalas e ritmos musicais e propôs que fossem banidos da cidade ideal. Santo Agostinho confessou-se vulnerável aos “prazeres do ouvido” e se penitenciou por sua irrefreável propensão ao “pecado da lascívia musical”. Calvino alerta os fiéis contra os perigos do caos, volúpia e emefinação que ela provoca. Descartes temia que a música pudesse superexcitar a imaginação.

O que todo esse medo da música – ou de certos tipos de música – sugere? O vigor e o tom dos ataques traem o melindre. Eles revelam não só aquilo que afirmam – a crença num suposto perigo moral da música –, mas também o que deixam transparecer. O pavor pressupõe uma viva percepção da ameaça. Será exagero, portanto, detectar nesses ataques um índice da especial força da sensualidade justamente naqueles que tanto se empenharam em preveni-la e erradicá-la nos outros?

O que mais violentamente repudiamos está em nós mesmos. Por vias oblíquas ou com plena ciência do fato, nossos respeitáveis moralistas sabiam muito bem do que estavam falando.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 23-24)

1. O que une as posições que *uma venerável linhagem de moralistas* manifestou é, segundo as convicções do autor do texto,
  - (A) a aversão que todos eles demonstram pelo poder democrático que a música em especial, dentre todas as artes, expande nas mais diversas culturas.
  - (B) a incapacidade que todos manifestam de se sentirem de algum modo tocados pelos elementos da música que julgam nocivos à moralidade.
  - (C) o reconhecimento comum de que a música, ao propiciar momentos tão agradáveis, distrai os homens de suas responsabilidades profissionais.
  - (D) o repúdio ao que há justamente de prazeroso e encantatório na música, o que revela que também eles são sensíveis aos efeitos dessa arte.
  - (E) a crítica que fazem todos ao culto do ócio e da improdutividade, vícios que esses moralistas acusam a arte musical de disseminar entre todos nós.

---

2. A frase *O vigor e o tom dos ataques traem o melindre* contém um **argumento** semelhante ao que está nesta outra frase:
  - (A) *nossos respeitáveis moralistas sabiam muito bem do que estavam falando*. (3º parágrafo)
  - (B) *Há pessoas que não suportam a música...* (1º parágrafo)
  - (C) *Platão condenou certas escalas e ritmos musicais...* (1º parágrafo)
  - (D) *O que todo esse medo da música [...] sugere?* (2º parágrafo)
  - (E) *O que mais violentamente repudiamos está em nós mesmos*. (3º parágrafo)

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *uma venerável linhagem de moralistas* (1º parágrafo) = uma notória cúpula de mentores.
  - (B) *é capaz de suscitar nos ouvintes* (1º parágrafo) = está apta a dissuadir os que a ouvem.
  - (C) *se penitenciou por sua irrefreável propensão* (1º parágrafo) = expiou sua irreprimível inclinação.
  - (D) *pressupõe uma viva percepção* (2º parágrafo) = pressente uma sensorial intuição.
  - (E) *se empenharam em preveni-la e erradicá-la* (2º parágrafo) = se habilitaram a provê-la e externá-la.

---

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto
  - (A) A força contagiante da música não se impõe apenas aos que a amam e acolhem; surge como atraente ameaça para os que temem seus mágicos poderes.
  - (B) Os mágicos poderes da música são temíveis para alguns, embora menos para quem a ame sobretudo por força da magia em que os contagiam.
  - (C) Muitos se deixam impor pelo poder da música, cuja força contagiante, todavia, também desperta os temores nos que os alimentam diante dela.
  - (D) Por mais que se sintam ameaçados pelos mágicos poderes da música, há também os que muito a veneram por causa de sua força contagiante.
  - (E) Além dos que a acolhem por amor, há também quem lhes ame os poderes, sendo a música uma força contagiante de encantamento e magia.



5. O **verbo** indicado entre parênteses deverá ser flexionado de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) A Aristóteles, Platão e a outros pensadores (**impressionar**) vivamente a magia encantatória dos ritmos e das melodias musicais.
  - (B) Crê o autor do texto que àquele a quem mais (**abalar**) os efeitos da música é também quem mais conhece as razões para temê-la.
  - (C) Todos os ataques que contra a música se (**promover**) costumam partir dos que são extremamente sensíveis aos seus poderes.
  - (D) Está no texto a convicção, contra a qual a poucos (**ocorrer**) de se levantar, de que são irreprimíveis os efeitos gerados pelo ritmo musical.
  - (E) A música, independentemente dos que nela (**ter**) a atenção concentrada, acaba contagiando o ambiente em que se a promova.
- 
6. A exclusão da vírgula **alterará** o sentido da seguinte frase:
- (A) Ao longo da História, muitos pensadores manifestaram seu temor pelos poderes da música.
  - (B) Obviamente, não é a todos que desconcerta surpreender-se com os poderes da música.
  - (C) A música afeta aos ouvintes atentos, que conhecem seus mágicos poderes.
  - (D) Nem todos temem a música, porque nem todos reconhecem seus mágicos poderes.
  - (E) Aos que gostam da música, garante-se uma inesgotável fonte de prazer e de sensualidade.
- 

**Atenção:** Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

### Limites da propriedade

*Direito à terra? Sim. O problema está em onde se colocam as cercas.*

*Tenho, numa árvore, um daqueles bebedouros para beija-flores. E um deles já tomou posse. Quando aparece qualquer intruso, lá vem ele, como uma flecha, defender sua água. É a própria vida que determina o círculo de espaço que lhe pertence, que lhe é próprio. Daí, **propriedade**: aquilo que não me é estranho, que é parte de mim mesmo, que não pode ser tocado sem que eu sinta. O espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem. Os limites da minha terra são os limites do que necessito para viver.*

*Mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade do seu corpo. Quando a terra é, de fato, uma **propriedade**, algo que é próprio ao corpo, ela está sendo constantemente transformada em vida. Mas quando a terra é mais do que meu corpo necessita, ela deixa de ser vida e se transforma em lucro. Lucro é aquilo que não foi consumido pela vida.*

(Adaptado de: ALVES, Rubem. **Tempus fugit**. São Paulo: Paulus, 1990, p. 33–34)

7. Mantendo, ao longo do texto, convicção quanto ao que sejam os limites da propriedade, o autor
- (A) restringe o direito à posse da terra aos que não desconhecem o valor econômico dos investimentos a que ela convida para se tornar cada vez mais valiosa.
  - (B) defende com intransigência a propriedade da terra, desde que subordinada a princípios morais e éticos que a tradição cultural de um país deve especificar quais sejam.
  - (C) subordina o direito à terra à condição de que ela deve servir para atender as necessidades essenciais que se apresentam na vida de cada um.
  - (D) equipara o direito à propriedade da terra aos direitos humanos, razão pela qual defende o máximo de clareza legislativa ao definir os limites de uma propriedade.
  - (E) condiciona o estabelecimento dos limites de uma propriedade aos critérios que o proprietário mesmo deve bem definir para justificar as terras que possui e administra.
- 
8. O segmento em que se destaca a desconsideração de um princípio de justiça defendido ao longo do texto é
- (A) *fincam cercas para além dos limites da necessidade...*
  - (B) *ela está sendo constantemente transformada em vida.*
  - (C) *É a própria vida que determina o círculo de espaço que lhe pertence...*
  - (D) *O espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem.*
  - (E) *propriedade: aquilo que não me é estranho, que é parte de mim mesmo...*
- 

9. As formas verbais atendem às normas de concordância e estabelecem uma adequada correlação entre os tempos e os modos na frase:
- (A) Sempre terão havido aqueles ambiciosos para os quais não contarão os limites de propriedade a serem observados.
  - (B) Os espaços que venham a ser propriedade do meu corpo deverão corresponder plenamente a necessidades minhas.
  - (C) Poderão acorrer aos bebedouros qualquer pássaro, desde que não houvesse a tomada de posse por um deles.
  - (D) Se couberem aos proprietários atender às necessidades do corpo, eles se regulariam por esse princípio de direito.
  - (E) Uma vez que se infrinja os critérios da necessidade humana, o direito à propriedade poderia se mostrar abusivo.
-

10. Indica-se adequada transposição da voz verbal de um segmento para outra voz verbal no seguinte caso:

- (A) *onde se colocam as cercas* = onde as cercas são colocadas.
- (B) *um deles já tomou posse* = um deles já possuiu.
- (C) *que não pode ser tocado* = que não deverá ser tocado.
- (D) *não foi consumido pela vida* = a vida não consumiu.
- (E) *sendo [...] transformada em vida* = a vida passa a ser transformada.

11. Considere as seguintes orações:

- O autor defende o direito à terra.
- O direito à terra tem limites.
- Os limites são nossas necessidades vitais.

Em nova redação, essas orações articulam-se com clareza, coerência e correção num período único em:

- (A) Ainda que defenda o direito à terra, o autor julga a necessidade dos limites vitais.
- (B) Para que não se transborde os limites da terra necessária, o autor defende-a nesse direito.
- (C) Como necessidades vitais, o autor aceita que se ponha limites ao direito à terra.
- (D) Mesmo sendo elas nossos limites vitais, o autor vê nessas necessidades o direito à terra.
- (E) Os limites do direito à terra, defendido pelo autor, são dados por nossas necessidades vitais.

**Atenção:** Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

### Planos da natureza

*Gabam-se os homens de serem hábeis planejadores. E somos. Mas não queiramos exclusividade absoluta. A natureza é a rainha dos planejamentos. Aprendemos com ela a identificar para cada necessidade seu melhor atendimento. Mas fomos além: chegamos a criar carências só pelo prazer de atendê-las.*

*Exemplo? Ouve-se a toda hora: não sei o que seria de mim sem meu celular. Foram necessários milhares de anos para o homem finalmente descobrir o que lhe é vital: um smartphone. “Com ele planejo meu dia, me oriento, me situo na vida” – dirá um contemporâneo. De fato, o planejamento, como ferramenta da previsão e da organização do trabalho eficaz e necessário, muitas vezes revela-se indispensável. Mas quando quero me certificar da vantagem de um planejamento, observo a natureza, em algum plano que ela traçou para manter vivas suas leis essenciais. E alguém duvida de que ela tenha suas próprias razões de planejamento?*

(Aristeu Villas-Boas, *inérito*)

12. Ao estabelecer no texto uma relação entre planejamento da natureza e planejamento humano, o autor considera que

- (A) ambos se contradizem, uma vez que o homem passou a planejar fora de qualquer controle da natureza.
- (B) a necessidade de planejar do homem espelha a qualificação da natureza em atender aos propósitos dela mesma.
- (C) a natureza tem toda a primazia em seus planejamentos, não sabendo o homem inovar ou afastar-se deles.
- (D) eles se complementam, já que cabe ao homem corrigir o que haja de impróprio nos planos da natureza.
- (E) o elemento comum entre ambos comprova-se na plena harmonia de seus respectivos objetivos.

13. A propósito da construção do texto, é correta a afirmação de que o autor

- (A) guarda uma crítica irônica em sua consideração sobre os celulares.
- (B) lança mão de uma oração sem sujeito no segmento *Ouve-se a toda hora*.
- (C) vale-se de uma construção na voz passiva na frase *Gabam-se os homens de serem hábeis planejadores*.
- (D) evitou representar-se a si mesmo no texto para salvaguardar inteiramente sua objetividade.
- (E) inicia um período por *Mas quando* para estabelecer entre este e o período anterior uma relação de causa e efeito.

14. O emprego das formas pronominais e verbais se dá de modo plenamente adequado na frase:

- (A) Não há porque não planejar; reservam-se aos que planejam com eficiência o mérito de muitas conquistas.
- (B) Eles haviam resguardado-se de planejar, e os imprevistos da operação acabaram tragando-lhes.
- (C) O motivo por que se planeja prende-se aos objetivos finais de quem os tem claros e bem definidos.
- (D) Os planejamentos em cujos estávamos envolvidos requiseram de nós muito empenho e dedicação.
- (E) Planejar porquê? – haverá de se perguntar, como costuma ocorrer, os que dão extremo valor aos improvisos.



15. *E alguém duvida de que ela tenha suas próprias razões de planejamento?*
- Está clara e correta, guardando sentido equivalente ao da frase acima, esta nova redação:
- (A) Ela tem, com toda a propriedade, razões próprias para se deixar planejar.
  - (B) Não se duvidem de que tenha suas razões apropriadas para seu julgamento.
  - (C) Ninguém duvida que o planejamento dela se aproprie de suas razões.
  - (D) É próprio dela não nos deixar duvidar de que hajam razões em seu planejamento.
  - (E) Razões próprias de planejamento: duvidará alguém de que ela as tenha?

---

**Matemática, Raciocínio Lógico-Matemático e Estatística**

16. De uma caixa com uma certa quantidade de laranjas, decide-se repartir uma parte das laranjas a algumas crianças em uma sala, de tal maneira que cada uma receba a mesma quantidade de laranjas. Se cada criança receber 10 laranjas, sobrarão 5 laranjas na caixa e, se cada criança receber 8 laranjas, sobrarão 19 laranjas na caixa. Se cada criança receber 7 laranjas, o número de laranjas que sobrarão na caixa será de
- (A) 29.
  - (B) 25.
  - (C) 27.
  - (D) 26.
  - (E) 24.
17. Em um órgão público, 12 funcionários que trabalham com desempenhos iguais e constantes são escalados para realizar uma tarefa. Sabe-se que eles começaram a trabalhar às 9 horas e, às 10 horas e 20 minutos, verificou-se que 60% da tarefa já havia sido realizada e que 2 funcionários haviam deixado a equipe. Com a retirada desses 2 funcionários e não tendo ocorrido interrupção no trabalho, a tarefa será finalizada às 11 horas e
- (A) 24 minutos.
  - (B) 15 minutos.
  - (C) 30 minutos.
  - (D) 40 minutos.
  - (E) 36 minutos.
18. Considere que "*um profissional é formado pela Faculdade X*" seja uma condição suficiente para "*ele presta serviço para a empresa E*". É correto afirmar que
- (A) a maioria dos profissionais que trabalham para a empresa E são formados pela Faculdade X.
  - (B) somente os profissionais que são formados pela Faculdade X prestam serviços para a empresa E.
  - (C) um profissional que não é formado pela Faculdade X não presta serviço para a empresa E.
  - (D) qualquer profissional que presta serviço para a empresa E é formado pela Faculdade X.
  - (E) não existe um profissional formado pela Faculdade X e que não presta serviços para a Empresa E.
19. Com o objetivo de analisar a distribuição dos salários dos empregados de uma empresa, verificou-se que 10 empregados ganham, cada um, R\$ 15.000,00; 20 ganham, cada um, R\$ 2.500,00; 25 ganham, cada um, R\$ 12.000,00; 60 ganham, cada um, R\$ 5.000,00 e os restantes ganham, cada um, R\$ 8.000,00. Sabendo-se que a mediana dos salários apresentou um valor igual a R\$ 6.500,00, obtém-se que o valor da média aritmética supera o da moda em
- (A) R\$ 3.000,00.
  - (B) R\$ 2.250,00.
  - (C) R\$ 2.500,00.
  - (D) R\$ 2.750,00.
  - (E) R\$ 3.250,00.



20. Considere uma população  $P$  formada por números estritamente positivos. Com relação às medidas de tendência central e de dispersão é correto afirmar que
- (A) multiplicando todos os elementos de  $P$  por 16, o desvio padrão da nova população é igual ao desvio padrão de  $P$  multiplicado por 4.
  - (B) dividindo todos os elementos de  $P$  por 2, a variância da nova população é igual a variância de  $P$  multiplicada por 0,25.
  - (C) adicionando uma constante  $K > 0$  a todos os elementos de  $P$ , a média aritmética e a variância da nova população formada são iguais a média aritmética e desvio padrão de  $P$ , respectivamente.
  - (D) a variância e o desvio padrão de  $P$  são iguais somente no caso em que todos os elementos de  $P$  são iguais.
  - (E) subtraindo uma constante  $K > 0$  de todos os elementos de  $P$ , o desvio padrão e a média aritmética da nova população são iguais ao desvio padrão e média aritmética de  $P$  subtraídos de  $K$ , respectivamente.

21. Em um censo realizado em uma cidade em que são consumidos somente os sabonetes de marca  $X$ ,  $Y$  e  $Z$ , verifica-se que:

- I. 40% consomem  $X$ .
- II. 40% consomem  $Y$ .
- III. 47% consomem  $Z$ .
- IV. 15% consomem  $X$  e  $Y$ .
- V. 5% consomem  $X$  e  $Z$ .
- VI. 10% consomem  $Y$  e  $Z$ .
- VII. qualquer elemento da população consome pelo menos uma marca de sabonete.

Então, escolhendo aleatoriamente um elemento dessa população, a probabilidade de ele consumir uma e somente uma marca de sabonete é igual a

- (A) 79%.
  - (B) 70%.
  - (C) 60%.
  - (D) 80%.
  - (E) 76%.
22. Uma população com uma certa quantidade de elementos é dividida previamente em grupos mutuamente exclusivos e dentro dos quais são sorteadas amostras casuais simples. Esse tipo de amostragem é denominado de Amostragem
- (A) Determinística.
  - (B) por Conveniência.
  - (C) Aleatória Estratificada.
  - (D) por Quotas.
  - (E) por Conglomerados.

### Noções de Direito Constitucional

23. Determinado servidor público ocupante de cargo efetivo em órgão de Administração direta estadual, brasileiro naturalizado, com 22 anos de idade, pretende candidatar-se a Prefeito do Município em que possui domicílio eleitoral e no qual sua esposa exerce mandato de Vereadora. Nessa hipótese, considerados apenas os elementos ora fornecidos, à luz da Constituição Federal, referido servidor
- (A) é inelegível para o mandato pretendido, uma vez que são privativos de brasileiros natos os cargos de chefia do Poder Executivo.
  - (B) é inelegível para o mandato pretendido, uma vez que não possui a idade mínima requerida.
  - (C) é inelegível para o mandato pretendido, uma vez que seria exercido no território de jurisdição de cônjuge titular de mandato eletivo.
  - (D) preenche as condições de elegibilidade para o mandato pretendido e, se eleito e investido no mandato, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
  - (E) preenche as condições de elegibilidade para o mandato pretendido e, se eleito e investido no mandato, ficará afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.



24. Três anos após ter sido aprovado em concurso público de provas, cujo prazo de validade inicial de dois anos havia sido prorrogado uma vez por igual período, Fabrício é convocado, nomeado e empossado em cargo efetivo junto a órgão da Administração direta de determinado Município. Alguns anos mais tarde, em razão de reestruturação do órgão, ele passa a exercer função de confiança, por meio da qual é encarregado das atribuições de chefia da seção em que foi lotado. Nessa mesma ocasião, Adélia é nomeada e empossada em cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, para exercer atribuições de assessoramento à direção superior do referido órgão, independentemente de aprovação prévia em concurso público.

Nessas circunstâncias, a investidura de Fabrício no cargo efetivo é

- (A) compatível com a Constituição Federal, assim como a assunção por ele de função de confiança e a nomeação de Adélia para o cargo em comissão, estando tanto o ato de admissão de Fabrício quanto o de Adélia sujeitos à apreciação quanto à sua legalidade, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas respectivo.
  - (B) compatível com a Constituição Federal, assim como a assunção por ele de função de confiança, mas não a nomeação de Adélia para o cargo em comissão, estando tanto o ato de admissão de Fabrício quanto o de Adélia sujeitos à apreciação quanto à sua legalidade, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas respectivo.
  - (C) compatível com a Constituição Federal, assim como a assunção por ele de função de confiança e a nomeação de Adélia para o cargo em comissão, estando, contudo, apenas o ato de admissão de Fabrício sujeito à apreciação quanto à sua legalidade, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas respectivo.
  - (D) incompatível com a Constituição Federal, assim como a assunção por ele de função de confiança e a nomeação de Adélia para o cargo em comissão, estando, contudo, apenas o ato de admissão de Adélia sujeito à apreciação quanto à sua legalidade, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas respectivo.
  - (E) incompatível com a Constituição Federal, assim como, por consequência, a assunção por ele de função de confiança, embora a nomeação de Adélia para o cargo em comissão seja legítima, estando apenas o ato de admissão de Fabrício sujeito à apreciação quanto à sua legalidade, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas respectivo.
- 
25. Visando a organizar as despesas da Administração com a previdência de seus servidores, o Prefeito de determinado Município pretende apresentar projeto de lei para instituir regime de previdência complementar para os servidores públicos municipais ocupantes de cargo efetivo, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que ofereça a seus participantes planos de benefícios exclusivamente na modalidade de contribuição definida. Com a instituição do regime de previdência complementar, ainda pretende fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social. A pretensão do Prefeito em questão é
- (A) compatível com a Constituição Federal, no que se refere à iniciativa do projeto de lei, à instituição do regime de previdência complementar e à fixação do limite para o regime próprio, observado que, apenas mediante prévia e expressa opção, poderão tais regras ser aplicadas ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar.
  - (B) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere à iniciativa do projeto de lei, que é reservada ao Poder Legislativo respectivo.
  - (C) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere à instituição do regime de previdência complementar por meio de entidade fechada, uma vez que implicaria o aporte de recursos pelo Município a entidade de previdência privada, o que é vedado a União, Estados e Municípios, ainda que na qualidade de patrocinadores.
  - (D) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere à fixação do limite para o regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargo efetivo, uma vez que apenas os ocupantes de cargo em comissão se submetem ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
  - (E) incompatível com a Constituição Federal, no que se refere à oferta de planos de benefícios exclusivamente na modalidade de contribuição definida, uma vez que os planos de benefícios devem observar as condições estabelecidas nos estatutos e regulamentos das entidades de previdência privada, assegurado ao participante pleno acesso às informações relativas à gestão de seus planos.

#### Noções de Direito Administrativo

26. Um servidor de uma autarquia incumbida da vigilância sanitária de um determinado Município visitou, em trabalho de rotina, um estabelecimento comercial e verificou que lá estava sendo explorada atividade estranha àquelas permitidas e constantes do alvará de licença e instalação, inclusive sem o devido cuidado com as normas sanitárias. Lavrou auto de infração e imposição de multa, incluindo a interdição do estabelecimento por determinado prazo, para que o responsável providenciasse a regularização ou a desativação da atividade não autorizada. O responsável pelo estabelecimento apresentou defesa, deduzindo que teria havido abuso de poder. A alegação do comerciante
- (A) procede, tendo em vista que a autarquia não pode exercer poder de polícia repressiva, apenas editar atos normativos que regulem o setor e a atuação dos administrados a ele subordinados.
  - (B) é infundada, tendo em vista que as autarquias possuem plenos poderes no setor que atuam, cabendo ao decreto que as cria delimitar a esfera de competências e prerrogativas das mesmas.
  - (C) não é aderente à legalidade, pois a atuação do servidor público tem fundamento no exercício do poder de polícia, que permite a adoção de medidas repressivas e de urgência para obstar ilegalidades e riscos aos administrados.
  - (D) é improcedente tendo em vista que às autarquias é dado o exercício do poder de polícia em sua integralidade, cabendo à lei que autoriza sua criação delegar aos servidores indicados a competência para instituir multas e sanções, mesmo que não constantes expressamente de lei.
  - (E) procede, pois embora o servidor possa interditar o estabelecimento, no regular exercício do poder de polícia, a imposição de multa pecuniária depende previsão expressa em lei e de decisão judicial.



27. Os atos administrativos têm atributos que os distinguem de outros atos jurídicos. Dentre esses atributos, a
- (A) presunção de legitimidade está presente apenas nos atos administrativos vinculados, porque estes são editados nos estritos termos da lei.
  - (B) imperatividade confere aos atos administrativos a prerrogativa de serem executados independentemente de decisão judicial, desde que se trate de atos discricionários, pois os atos vinculados são obrigatórios por força de lei.
  - (C) imperatividade significa que a Administração não depende de ordem judicial para execução de suas decisões, o que não exclui esses atos do âmbito do controle judicial.
  - (D) tipicidade confere aos atos elencados na legislação o poder de serem executados diretamente pela Administração, independentemente do tipo e natureza dos mesmos.
  - (E) presunção de veracidade não afasta a possibilidade do ato administrativo que está produzindo efeitos ser invalidado diante da comprovação de que seu objeto ou conteúdo não são aderentes aos fatos.
- 
28. Diante da prática de um ato tipificado pela Lei de Improbidade Administrativa em uma das modalidades desse ilícito,
- (A) fica obstado o processamento de infração criminal, tendo em vista que a identidade dos fatos que dariam ensejo a essa conduta antijurídica acarretaria dupla penalidade.
  - (B) não fica impedido o processamento de processos em outras esferas, seja administrativa, seja criminal, tendo em vista que uma mesma conduta pode dar ensejo a mais de uma antijuridicidade.
  - (C) cabe a apuração e processamento da conduta na esfera, para fins de aplicação de sanção de improbidade em processo administrativo.
  - (D) a depender do vínculo travado entre o autor e a Administração pública, poderá ser considerado sujeito ativo da conduta, pois o servidor celetista, por exemplo, somente pode ser processado e julgado por conduta dolosa.
  - (E) o funcionário público estatutário poderá ser afastado de suas funções, o que não se aplica aos servidores celetistas, porque estes não têm estabilidade, podendo ser demitidos imotivadamente.

#### Noções de Direito Financeiro

29. Um dos princípios orçamentários consagrados pela ordem constitucional é o da universalidade, que, entre outros aspectos, determina
- (A) a impossibilidade de instituição de dotações sem finalidade predeterminada, vedada alocação de percentual da receita corrente líquida para cobertura de passivos contingentes.
  - (B) a vedação de instituição de fundos especiais de despesa, com inviabilidade de destinação de quaisquer tributos para destinação específica.
  - (C) que todas as despesas e receitas devem integrar a lei orçamentária anual, o que não impede, contudo, a abertura de créditos adicionais mediante autorização legal específica.
  - (D) a obrigatoriedade de previsão, na lei orçamentária anual, também das receitas resultantes de operação de crédito e do montante total de créditos extraordinários para o exercício correspondente.
  - (E) a fixação, na lei orçamentária anual, também das receitas extraorçamentárias, assim entendidas aquelas que não decorrem da arrecadação ordinária, como, por exemplo, a securitização de recebíveis.
- 
30. Suponha que, no curso do exercício, esteja ocorrendo forte queda da arrecadação tributária, de forma que as estimativas constantes do Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias não estejam se materializando, com risco de comprometimento da meta de resultado primário. De acordo com as prescrições constitucionais e legais voltadas à gestão fiscal responsável, uma das medidas a cargo do Chefe do Executivo em tal cenário consiste em:
- (A) Realização de operação de crédito que, independentemente da modalidade, deve ser liquidada até o final do exercício orçamentário em curso.
  - (B) Cancelamento de restos a pagar, processados e não processados, devendo a autoridade proceder ao cancelamento obrigatoriamente nessa ordem.
  - (C) Ampliação da reserva de contingência, observado o limite de 20% da previsão de receitas tributárias para o exercício orçamentário em curso.
  - (D) Utilização das demais fontes de receita para fazer frente às despesas de custeio, priorizando as decorrentes de alienação de ativos.
  - (E) Limitação de empenho, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cabendo a mesma medida aos chefes dos demais poderes.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Gestão de Processos**

31. No curso da evolução histórica da abordagem relativa às funções do administrador emerge, com os estudos de Koontz e O'Donnel, a importância da atividade de coordenação, a qual apresenta, como um de seus mecanismos,
- (A) o denominado ajuste espontâneo, que se opera a partir de comunicações entre os que são responsáveis por determinadas atividades, sem envolver, necessariamente, subordinação.
  - (B) a cadeia escalar, que representa a padronização de atividades a partir do cumprimento de etapas estabelecidas de forma concatenada.
  - (C) a autoridade de linha, que não envolve o cumprimento de ordens emitidas por superiores hierárquicos, mas apenas ajustes em relação ao que foi previamente estabelecido na etapa de planejamento.
  - (D) a denominada função de *staff*, que se opera com a centralização de ordens e medidas repressivas, próprias da atividade de coordenação.
  - (E) o efeito de Pareto, que gera uma ressonância em toda a organização, a partir de medidas centralizadas de coordenação, evitando redundâncias.
- 
32. No que concerne ao conceito e elementos dos processos existentes nas organizações, de acordo com definição corrente na doutrina, tem-se que
- (A) constituem um conjunto de ações coordenadas, dotadas de singularidade e duração no tempo, voltadas à obtenção de resultados específicos.
  - (B) restringem-se aos *inputs* (entradas) recebidos pelas diferentes áreas das organizações a partir dos projetos aos quais se relacionam.
  - (C) dizem respeito apenas aos *outputs* (resultados) obtidos a partir da sucessão de ações dos diversos setores da organização.
  - (D) compreendem uma ordenação específica de atividades de trabalho inter-relacionadas que transformam insumos em produtos ou serviços.
  - (E) correspondem ao conjunto de atividades não rotineiras, ligadas a projetos, em contraposição às atividades ordinárias, denominadas tarefas.
- 
33. No bojo da modelagem de processos de negócios, mais especificamente no aspecto relacionado com as melhorias e aprimoramentos necessários, ainda é muito utilizada a ferramenta clássica denominada Diagrama de Ishikawa,
- (A) denominado também Caminho Crítico, o qual considera que nem sempre a eliminação da causa elimina o problema, podendo haver circunstâncias não gerenciáveis envolvidas na ineficiência.
  - (B) também conhecido como Diagrama de Causa e Efeito ou Espinha de Peixe, utilizado para identificar a causa-raiz do problema, analisando todos os fatores que envolvem a execução do processo.
  - (C) que propõe a segregação entre fatores internos e fatores exógenos, gerenciando apenas os últimos para evitar contaminação dos processos estruturados.
  - (D) também conhecido como Ciclo PDCA, apresentando etapas de planejamento, execução, controle e avaliação, aplicáveis apenas aos principais processos da organização.
  - (E) que atua diretamente sobre os resultados dos processos, introduzindo aprimoramentos que prescindem do diagnóstico das causas das falhas e ineficiências apresentadas.
- 
34. Em uma organização que pretenda adotar a Gestão por Processos, afigura-se fundamental, na etapa de mapeamento, obter a representação gráfica dos processos identificando as atividades e os pontos de decisão e permitindo comparar o processo gráfico com o real. Para tal escopo, a ferramenta mais pertinente é
- (A) o Fluxograma.
  - (B) a Matriz SWOT.
  - (C) a Curva ABC.
  - (D) o *Benchmarking*.
  - (E) o Diagrama de Pareto.

35. O *Business Process Management – BPM* ganhou ênfase nos anos 1990 como um paradigma da Gestão de Processos. Trata-se de metodologia
- (A) que, diferentemente do *Enterprise Resource Planning – ERP*, considera que o processo não se restringe à execução do sistema, mas pode ser adaptado pelas próprias áreas de gestão.
  - (B) precursora do sistema de *workflow*, possuindo foco exclusivo na automação dos processos com uso intensivo da tecnologia da informação.
  - (C) que deu origem à reengenharia dos processos de negócios, partindo de um modelo horizontalizado e passando a aplicar a verticalização da gestão.
  - (D) que introduziu o conceito de ciclo de melhoria contínua, sustentando a aplicação de uma técnica simples de controle de processos que prescinde de sistemas informatizados.
  - (E) aplicável apenas aos macroprocessos da organização, aplicando o conceito de *top-down*, segundo o qual os processos intermediários não demandam controles específicos.

### Gestão por Resultados

36. A evolução do pensamento administrativo ensejou sucessão de diferentes abordagens da teoria das organizações, incluindo a abordagem contingencial, a qual, entre outros aspectos, sustenta que
- (A) a estrutura é prevalente sobre as relações organizacionais e estas, por seu turno, são contingentes e dependem das circunstâncias verificadas em dado momento.
  - (B) a estrutura adotada pela organização é uma mera decorrência das relações hierárquicas já estabelecidas, sendo contingente e não prevalente.
  - (C) existem sempre várias alternativas para a estrutura a ser adotada pela organização e a mais adequada é aquela que se adapta a diversos fatores, como o ambiente em que se encontra.
  - (D) a estabilidade de uma organização depende da existência de uma linha única de comando, partindo do principal executivo e alcançando todos os seus colaboradores.
  - (E) a organização deve ser mutável, prescindindo de estrutura, de forma que possa enfrentar diferentes cenários que se apresentem em determinado horizonte de tempo.
37. Uma das teorias bastante difundidas acerca do fenômeno da motivação é a Teoria de Campo desenvolvida por Kurt Lewin, que apresenta o conceito de “campo dinâmico”, sustentando que
- (A) o homem médio é motivado por fatores estritamente financeiros, salvo quando criado um conjunto de recompensas psicológicas que suplantem essa dinâmica natural.
  - (B) a motivação do ser humano é função ou resultado da situação presente, não sendo influenciada por elementos do passado ou futuro.
  - (C) o comportamento dos indivíduos pode ser influenciado a partir da aplicação de reforço positivo e negativo, que criam um campo propício para induzir a motivação.
  - (D) o que motiva o indivíduo é a interação favorável entre ele e o grupo em que está inserido, sendo esta a necessidade mais fundamental a ser atendida.
  - (E) o comportamento humano é derivado da totalidade de fatos coexistentes, sendo que cada parte do campo depende de uma inter-relação com as outras partes.
38. Considere que uma sociedade de economia mista controlada pelo Município esteja implementando um programa de desenvolvimento de seus líderes e, como referencial teórico sugerido pelos consultores contratados, tenha adotado os preceitos da Teoria da Liderança Situacional, desenvolvida por Hersey e Blanchard, que sustenta, entre outros conceitos, que
- (A) a liderança surge, espontaneamente, em situações de forte tensão e desafios, as quais, portanto, devem ser fomentadas pelos dirigentes da organização.
  - (B) o carisma do líder é o elemento determinante da eficácia da liderança, razão pela qual é muito mais importante a identificação do que o desenvolvimento de líderes em uma organização.
  - (C) cada situação enfrentada demanda um tipo diferente de liderança, sendo irrelevante o estágio de maturidade dos subordinados, pois o que realmente importa é o preparo do líder.
  - (D) a eficácia da liderança está fortemente imbricada com a adequação do estilo do líder ao grau de maturidade dos liderados.
  - (E) os líderes apoiadores são mais eficazes que os líderes diretivos em qualquer cenário, eis que são capazes de reduzir a tensão e fomentar a motivação.



39. Suponha que um gestor público, ao ser alçado à condição de gerente de um importante projeto, tenha se defrontado com diversas situações que demandavam a tomada de decisões. Em alguns casos, foram adotadas decisões do tipo que a literatura denomina de "programadas", as quais
- (A) são apropriadas para situações rotineiramente enfrentadas pela organização e que já possuem um acervo de soluções aplicáveis.
  - (B) se aplicam apenas a situações envolvendo ações estratégicas, integrantes do planejamento programado pela organização.
  - (C) são aplicadas de acordo com um processo cognitivo complexo, envolvendo a desconstrução do problema para a escolha da solução que melhor se adequa aos seus elementos constitutivos.
  - (D) somente são pertinentes para problemas que envolvam sistemas de dados ou tecnologia da informação, pois envolvem a aplicação de fórmulas ou algoritmos.
  - (E) prescindem da atuação do gestor, sendo adotadas pelos próprios integrantes da equipe a partir de parâmetros pré-determinados no escopo do projeto.
- 
40. Com o advento do modelo de Administração pública gerencial, o cidadão passou a ser o foco da atuação administrativa. Nesse cenário, alguns conceitos ganharam ênfase no setor público, como o de *accountability*, diretamente ligado à
- (A) governabilidade, consistindo no funcionamento pleno e harmônico das instituições públicas, assegurando os direitos dos cidadãos.
  - (B) transparência, correspondendo à obrigação de prestação de contas, pelos agentes públicos, dos resultados das ações governamentais.
  - (C) sustentabilidade financeira das ações públicas, notadamente a forma como são geridos os recursos oriundos da sociedade.
  - (D) governança, correspondendo à relação instrumental entre os diversos agentes envolvidos na atuação administrativa, inclusive aqueles do setor privado.
  - (E) responsabilidade fiscal, significando o pleno cumprimento de metas pré-estabelecidas pelo Governo em seu planejamento orçamentário.
- 

#### Administração Pública

41. Entre os princípios que regem e informam a atuação da Administração pública, o da proporcionalidade tem especial aplicação
- (A) na imposição de restrições de direitos individuais, em decorrência do exercício do poder de polícia, predicando que se dê apenas na medida do necessário para a preservação do interesse público envolvido.
  - (B) quando a aplicação do princípio da legalidade não enseja a melhor solução para Administração, podendo ser afastado ou mitigado.
  - (C) como complemento ao princípio da razoabilidade, o qual não comporta aplicação autônoma em face de seu caráter acessório.
  - (D) para mitigar o princípio da publicidade, especialmente quando a divulgação de ações administrativas não se mostre conveniente ou oportuna.
  - (E) para ajustar a cobrança de impostos ou taxas, que pode ser afastada ou reduzida, a critério da Administração e mesmo que não haja previsão legal, quando assim justificar a situação econômica do contribuinte.
- 
42. No que tange aos modelos de estruturas organizacionais, aquele descrito pela literatura como divisional apresenta, como uma de suas principais características e traço diferenciador em relação ao modelo funcional,
- (A) existência de órgãos com duração temporária vinculada a projetos, que passam a ser o foco principal de atuação da organização.
  - (B) departamentalização por clientela geográfica, abandonando o modelo focado apenas na separação por funções ou atividades.
  - (C) existência de unidades que atuam com relativa autonomia, denominadas centros de resultados, onde são apurados os lucros ou prejuízos respectivos.
  - (D) departamentalização por produto no primeiro nível da organização e por clientela nos níveis intermediários e operacionais.
  - (E) mutabilidade da estrutura em face das mudanças ocorridas no ambiente em que a organização atua, buscando a integração ao sistema em que está inserida.
-



43. A denominada autoridade de linha é um elemento que, no que concerne às funções do administrador, situa-se na atividade de
- (A) coordenação, representando a relação de auto ajuste das equipes, que independe do comando dos superiores hierárquicos.
  - (B) planejamento, e consiste no poder do primeiro escalão de estabelecer as linhas mestras para atuação da organização.
  - (C) direção ou comando, representado o poder do superior de dar ordens e cobrar a execução delas por seus subordinados.
  - (D) avaliação, seguindo uma cadeia direta entre metas e indicadores fixados na etapa de planejamento, como forma de assegurar o cumprimento dos objetivos institucionais.
  - (E) comunicação, eis que as lideranças que detêm o atributo de autoridade de linha são mais eficazes em tal quesito do que as que exercem o comando vertical.
- 
44. Os modelos de Administração pública que se sucederam apresentam características próprias, que distinguem cada qual dos demais, entre elas
- (A) a gestão horizontal do modelo burocrático, que substituiu a verticalização de estruturas própria do patrimonialista.
  - (B) a ênfase na preservação do patrimônio público, própria do modelo patrimonialista, com clara separação do patrimônio do governante, o que perdeu força no modelo gerencial a partir das privatizações.
  - (C) a prevalência de controles *a priori* da atuação pública, de natureza formal, característica do modelo gerencial e considerada uma evolução em relação ao burocrático, que apenas realiza controles *a posteriori*.
  - (D) o critério técnico de seleção dos servidores, ausente no modelo burocrático e introduzido pelo gerencial, que passou a valorizar a estrutura funcional da Administração.
  - (E) o formalismo e a estrutura hierárquica rígida, próprios do modelo burocrático, aliados à meritocracia, esta também presente no modelo gerencial.
- 
45. Um importante instrumento para a gestão de qualidade e busca da excelência nos serviços públicos consiste nas certificações, como aquelas conferidas com base nas normas da *International Organization for Standardization*, a exemplo da denominada ISO 9000, a qual
- (A) determina a posição ocupada pela organização no ranking daquelas melhor situadas em seu campo de atuação, através de um sistema de pontuação próprio.
  - (B) atesta que a organização implantou de forma adequada o Sistema de Qualidade Total, sendo periodicamente auditada para verificar se o mesmo continua em vigor dentro dos padrões estabelecidos.
  - (C) utiliza o conceito de *benchmarking*, comparando a organização analisada com outras que são referência internacional no quesito qualidade.
  - (D) consiste em uma premiação à organização e a seus principais gestores, renovada a cada biênio, e que representa um importante diferencial para o reconhecimento da excelência alcançada.
  - (E) confere um "selo de qualidade" aos produtos e serviços produzidos ou prestados pela organização, a partir de uma amostragem estatística realizada em caráter permanente.
- 
46. Considere que determinado cidadão tenha se dirigido a um órgão público federal (órgão demandado), objetivando a expedição de certidão necessária à concessão de benefício assistencial no âmbito do Município. De acordo com as disposições do Decreto Federal nº 9.094/2017, que trata da racionalização e avaliação do serviços públicos,
- (A) o cidadão poderá exigir do órgão demandado a expedição da certidão requerida em até 15 dias úteis, salvo se necessária a comprovação de situação de fato ou de direito imprescindível à prática do ato.
  - (B) caso o órgão demandado necessite de atestado de outro órgão federal para expedir a certidão, deverá obtê-lo diretamente, sendo vedado imputar a obrigação de apresentação pelo interessado, salvo disposição legal em contrário.
  - (C) poderá ser dispensada a apresentação de cópias autenticadas de documentos de identificação do solicitante e de outros necessários à expedição da certidão, desde que o órgão demandado possua convênio ou acordo de colaboração com os órgãos responsáveis.
  - (D) o órgão demandado não poderá cobrar nenhuma taxa ou emolumento do solicitante, independentemente da situação financeira do mesmo, podendo exigir, apenas, o pagamento por expedição de segunda via de documento necessário à expedição da certidão requerida.
  - (E) o demandante poderá ser dispensado da apresentação do reconhecimento de firma em declarações relativas a situações de fato ou de direito necessárias à expedição da certidão, a critério do órgão demandante e desde que esteja em dia com suas obrigações eleitorais.



47. Os conceitos de governança e governabilidade ganharam bastante ênfase nos últimos anos, sendo que
- (A) ambos os conceitos estão ligados ao exercício do poder, sendo que a governabilidade é aferida através do voto e a governança se expressa e pode ser medida mediante instrumentos de participação popular.
  - (B) governança é um conceito aplicável exclusivamente às organizações privadas, o qual quando transposto para o setor público, assume a conotação de governabilidade dada as peculiaridades envolvidas nas relações públicas.
  - (C) governabilidade possui caráter instrumental, representando as relações entre os agentes, públicos e privados, que sustentam a governança enquanto condição de natureza estritamente política.
  - (D) governabilidade está ligada à capacidade política e às condições efetivas para governar derivadas da relação de legitimidade do governo junto à sociedade, enquanto a governança envolve o modo como o governo se organiza para atuar.
  - (E) apenas a governança é um atributo da atuação administrativa, sendo a governabilidade um efeito meramente circunstancial e exógeno.
- 
48. Considere que uma entidade integrante da Administração municipal tenha contratado uma consultoria especializada para apoiar a implementação de planejamento estratégico para o horizonte dos próximos cinco anos. Uma das primeiras etapas abordadas foi a relativa à visão da entidade, o que significa
- (A) identificar a própria razão de ser da entidade, expressando por que ela existe e o que ela proporciona de relevante para a sociedade.
  - (B) traduzir o consenso dos membros da entidade sobre o futuro que se deseja, definindo como a organização pretende ser reconhecida pela sociedade.
  - (C) fazer projeções dos cenários interno e externo em que a entidade atua, identificando ações adequadas para cada uma dessas situações contingentes.
  - (D) mensurar os princípios, crenças e padrões que orientam a atuação da entidade e o comportamento de seus membros.
  - (E) identificar os pontos fortes e fracos da organização, através do diagnóstico interno, bem como as ameaças e oportunidades existentes no ambiente externo.
- 
49. Considere que o Município tenha iniciado um programa de construção de creches, objetivando reduzir em 50% o déficit de vagas disponíveis na região metropolitana no prazo de 2 anos. No termo final estabelecido, todas as unidades foram entregues à população, atingindo-se a meta proposta. Ocorre que auditoria efetuada pelo órgão responsável pelo controle interno constatou que o custo final das unidades foi significativamente superior aos valores de mercado. Nesse cenário, tem-se que a atuação da Administração, no que concerne à eficiência, mostrou-se
- (A) adequada, pois, não obstante o custo elevado, atingiu os anseios da população, sendo esta constatação a que confere o caráter de eficiência à Administração.
  - (B) bem sucedida, em função do atingimento da meta proposta que é o que atesta o cumprimento deste indicador da atuação administrativa.
  - (C) falha, pois, não obstante o cumprimento da meta proposta, não houve o melhor uso dos recursos financeiros aplicados em tal ação pública.
  - (D) falha, pois a eficiência depende da eficácia e esta, em função do mau uso dos recursos financeiros, não foi atingida na situação narrada.
  - (E) bem sucedida, eis que o indicador que mede a melhor aplicação de recursos públicos na produção de bens e serviços é a economicidade e este não interfere ou se comunica com a eficiência, que é um indicador de gestão.
- 
50. Considere que o setor responsável pela gestão de suprimentos de um órgão municipal pretenda implementar método de controle de materiais focado na importância relativa dos itens dando especial atenção àqueles de maior relevância econômica. Para tal escopo, afigura-se adequada a aplicação
- (A) do sistema *just in time*, que considera que os itens de maior perecibilidade são os que apresentam maior relevância econômica em face do elevado risco de perda.
  - (B) do método XYZ, sendo classificados na categoria X os materiais que apresentam o maior custo de reposição e demandam, assim, estoques reduzidos.
  - (C) o Diagrama de Pareto, que estabelece uma estratificação de materiais em 10 faixas de valor relativo, predicando uma gradação de reposição em ordem decrescente.
  - (D) o método Kanban, que predica a manutenção de estoques apenas para os itens de maior custo e a reposição dos demais apenas por ocasião da produção efetiva.
  - (E) da curva ABC, sendo classificados na classe A os materiais com maior valor de demanda e que merecem uma gestão mais refinada.



51. Entre os indicadores de gestão de estoques que são utilizados de forma corrente nas organizações insere-se o nível de serviço, que mede
- (A) a relação entre o número de requisições atendidas em face das requisições efetuadas.
  - (B) a rotatividade dos itens repostos e o custo médio de manutenção em estoque.
  - (C) o custo relativo de cada item de material em relação ao total do estoque mantido.
  - (D) o número de vezes que o estoque de determinado item de material é renovado.
  - (E) o período em que o estoque médio será capaz de atender a demanda média.
- 
52. Suponha que o Município de Recife tenha instaurado uma licitação do tipo técnica e preço, na modalidade concorrência pública, para contratação de determinado projeto arquitetônico. Considere que um dos licitantes, enquadrando-se nos critérios legais como empresa de pequeno porte ("empresa X"), tenha apresentado proposta superior à do primeiro colocado ("empresa Y"). De acordo com a normatização do tema no âmbito municipal, estabelecida pelo Decreto nº 29.549, de 2016, a empresa X solicitou o direito de preferência em função de "empate", já que a empresa Y não se enquadra como empresa de pequeno porte, microempresa ou empreendedor individual. O pleito apresentado afigura-se
- (A) incabível, eis que a prerrogativa somente poderia ser exercida se a empresa Y também se enquadrasse como empresa de pequeno porte, microempresa ou empreendedor individual, quando, então, deveria ser conferida preferência àquela que demonstrasse maior capacitação técnica para a realização do objeto licitado.
  - (B) incabível, eis que a preferência a empresas que se enquadrem em tal categoria não é passível de aplicação em licitações do tipo melhor técnica ou técnica e preço, somente sendo cabível a aplicação de outras formas de tratamento favorecido, como a dispensa de apresentação de documentação de habilitação.
  - (C) cabível apenas na hipótese de a proposta econômica da empresa X situar-se até 5% abaixo da apresentada pela empresa Y, situação em que será dada à empresa X a possibilidade de apresentar nova proposta e, sendo esta inferior à da empresa Y, sagrar-se vencedora.
  - (D) cabível, sendo aferido o empate pela ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada e, na hipótese da oferta da empresa X ser até 10% acima da empresa Y, deverá ser assegurada a prerrogativa de apresentar proposta inferior à da empresa Y e, assim o fazendo, o objeto deverá ser adjudicado à empresa X.
  - (E) incabível, eis que a preferência em situação de empate somente é cabível na modalidade licitatória pregão, esta que não se coaduna com a adoção do tipo técnica e preço ou melhor técnica.
- 
53. Suponha que o Município intente realizar um evento de entretenimento em determinada data comemorativa e, para tanto, esteja negociando a contratação de determinado cantor consagrado pela opinião pública, por intermédio de empresário exclusivo. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, tal contratação
- (A) depende de prévio procedimento licitatório, na modalidade concurso ou concorrência pública.
  - (B) poderá ser efetuada diretamente, estando presente hipótese expressa de inexigibilidade de licitação.
  - (C) somente poderá ocorrer sem prévio procedimento licitatório se o valor do "cachê" for inferior a R\$ 80.000,00.
  - (D) poderá ocorrer com dispensa de licitação desde que efetuada diretamente junto ao artista, vedada a intermediação por empresário exclusivo.
  - (E) pressupõe a seleção mediante pré-qualificação e com escolha por banca de, no mínimo, 3 profissionais do setor com notória especialização.
- 
54. Considere que o Município tenha instaurado um procedimento licitatório para contratação de serviços de limpeza em escolas da rede pública e que, transcorrido o prazo estabelecido no edital, não tenham se apresentado interessados em participar do certame. Diante de tal situação, o Município procedeu à contratação direta de empresa para a realização do objeto da licitação que restou frustrada. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, tal conduta afigura-se
- (A) legal, desde que a licitação, justificadamente, não pudesse ser repetida sem prejuízo para a Administração e tenham sido mantidas todas as condições preestabelecidas na licitação deserta.
  - (B) ilegal, devendo a Administração repetir o procedimento licitatório tantas vezes quantas necessárias para a contratação dos serviços, vedada a contratação direta.
  - (C) ilegal, eis que a licitação somente poderia ser dispensada se, instaurado novo certame com as mesmas condições do anterior, este também viesse a ser deserto.
  - (D) legal apenas se configurada situação emergencial, limitada a contratação ao prazo máximo de 90 dias.
  - (E) ilegal, admitindo-se, contudo, a instauração de procedimento simplificado para a contratação, com redução do preço estimado em até 30% em relação ao orçado pela Administração.



55. Suponha que o Município pretenda alienar alguns imóveis que não estejam afetados a nenhuma finalidade pública, como forma de obter recursos adicionais para concluir obras de infraestrutura consideradas prioritárias. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993,
- (A) a modalidade licitatória cabível para a alienação dependerá do valor de avaliação individualizada dos imóveis, vedado o fracionamento do objeto visando a adoção de modalidade mais simplificada, salvo em função de desmembramento da correspondente matrícula.
  - (B) poderá ser adotada a modalidade leilão para alienação dos imóveis, independentemente da forma de aquisição dos mesmos pela Administração, e desde que o valor individual não ultrapasse R\$ 1.500.000,00.
  - (C) deverá ser adotada, obrigatoriamente, a modalidade concorrência pública, salvo para os imóveis cuja aquisição derive de dação em pagamento ou de procedimentos judiciais, os quais poderão ser alienados mediante licitação na modalidade leilão.
  - (D) apenas os imóveis adquiridos mediante desapropriação ou os remanescentes de procedimentos expropriatórios deverão ser alienados mediante concorrência pública, cabendo, nos demais casos, a adoção da modalidade leilão.
  - (E) é possível a venda em bloco dos referidos imóveis, desde que possuam características similares, adotando-se a modalidade convite, com pré-qualificação dos interessados ou concorrência pública, dispensada, neste caso, a pré-qualificação.
- 
56. Quanto à eventual possibilidade de fungibilidade das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993, tem-se que
- (A) a modalidade pregão, presencial ou eletrônico, poderá ser utilizada em substituição às demais modalidades previstas para contratação de obras, independentemente do valor, desde que de natureza comum.
  - (B) admite-se a substituição da modalidade concorrência pública pela modalidade pregão para alienação de bens móveis inservíveis.
  - (C) é viável a adoção da modalidade convite, alternativamente à concorrência pública, para contratação de serviços com valor estimado acima de R\$ 650.000,00, vedada a tomada de preços.
  - (D) é sempre possível adotar a modalidade concorrência pública, independentemente do valor estimado para a contratação de obras ou serviços, em substituição às modalidades tomada de preços ou convite.
  - (E) a modalidade concurso, cabível para a contratação de projetos, pode ser substituída por convite, independentemente do valor, sempre que houver menos de 3 potenciais licitantes.
- 
57. Considere que em determinado certame instaurado pelo Município tenha sido exigida dos licitantes a apresentação de metodologia de execução. Tal circunstância significa, necessariamente, que
- (A) foi adotada a pré-qualificação dos licitantes, com o credenciamento como procedimento substitutivo da modalidade licitatória ordinariamente aplicável.
  - (B) o critério de julgamento adotado foi o de melhor técnica, utilizando-se a pontuação obtida com a metodologia apresentada.
  - (C) se trata de licitação do tipo técnica e preço, devendo a metodologia de execução ser avaliada após a apresentação da proposta econômica.
  - (D) foi dispensada, na fase de habilitação, a apresentação de atestados, utilizando-se os elementos constantes da metodologia para fins de aferição da qualificação técnica.
  - (E) o objeto licitado consiste em obras, serviços ou compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, devendo a metodologia ser avaliada exclusivamente por critérios objetivos.
- 
58. Suponha que empresa pública encarregada da prestação de serviços de saneamento básico e fornecimento de água tenha instaurado um procedimento licitatório para a construção de um novo reservatório. Contudo, no curso do procedimento licitatório, defrontando-se com fato superveniente, consistente no agravamento da crise hídrica, a empresa constatou que seria fundamental a realização de obras de outra natureza, relativas a controle de perdas, para as quais, contudo, não possuiria recursos caso prosseguisse com a licitação e subsequente contratação da construção do reservatório. Diante da situação posta e de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, o Município
- (A) poderá alterar o objeto da licitação em curso, aproveitando todos os atos praticados e mantendo a data de apresentação da proposta econômica, desde que mantida a mesma modalidade licitatória.
  - (B) deverá anular o procedimento, por razões de interesse público devidamente justificado, cuja eventual comprovação de falsidade enseja a responsabilização da autoridade prolatora do ato.
  - (C) poderá revogar a licitação, porém apenas se não ultrapassada a fase de habilitação, cabendo à autoridade licitante a revogação e a ratificação por seu superior imediato.
  - (D) poderá revogar a licitação em curso, comprovando, em parecer fundamentado, que as razões de interesse público invocadas são determinantes para tanto.
  - (E) poderá suspender o procedimento licitatório, o qual deverá, obrigatoriamente, ser retomado após a contratação das obras de controle de perdas, salvo se ultrapassado o prazo de 2 anos.

59. Suponha que, em uma licitação na modalidade tomada de preços, determinado licitante tenha sido inabilitado eis que, no entendimento da comissão de licitação, havia inconsistência na documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, da decisão de inabilitação
- (A) cabe impugnação, mediante pedido de reconsideração ou recurso, ambos no prazo de 2 dias úteis, vedada atribuição de efeito suspensivo.
  - (B) não cabe recurso administrativo ou pedido de reconsideração, de molde que eventual irrisignação somente pode ser oposta judicialmente.
  - (C) cabe apenas pedido de reconsideração, no prazo de 2 dias úteis a partir da ciência inequívoca do interessado, com efeito suspensivo.
  - (D) cabe recurso, no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicação do resultado da fase de habilitação no Diário Oficial, ao qual poderá, a critério do Presidente da Comissão de Licitação, ser dado efeito suspensivo.
  - (E) cabe recurso com efeito suspensivo, no prazo de 5 dias úteis a partir da intimação do ato ou da lavratura da ata, neste caso se presente o preposto do licitante.
- 
60. A introdução da modalidade licitatória pregão trouxe ganhos inegáveis para a Administração, notadamente quanto à simplificação e redução dos preços nas aquisições. Não obstante, tal modalidade, justamente em face da propalada simplificação, não contempla algumas das salvaguardas previstas nos procedimentos licitatórios realizados sob as modalidades clássicas previstas na Lei nº 8.666/1993. Exemplo de tal circunstância é a
- (A) vedação à exigência aos licitantes de garantia de proposta.
  - (B) impossibilidade de desclassificação da proposta econômica por inexecuibilidade.
  - (C) inexistência de fase de habilitação dos licitantes.
  - (D) impossibilidade de interposição de recursos pelos licitantes.
  - (E) ausência de responsabilização do licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato pelo preço ofertado.
- 
61. Suponha que determinada ata de registro de preços para aquisição de itens de informática tenha sido impugnada sob alegação de ilegalidades, com fundamento nas seguintes circunstâncias: I. ausência de indicação de dotação orçamentária para suportar as futuras contratações; II. apresentação de mera estimativa das quantidades que o órgão participante pretende adquirir e III. vigência por até 2 anos. Considerando a disciplina legal e normativa do referido instituto,
- (A) apenas a circunstância III configura ilegalidade.
  - (B) todas as circunstância configuram ilegalidades.
  - (C) nenhuma das circunstâncias configura ilegalidade.
  - (D) apenas a circunstância II configura ilegalidade.
  - (E) apenas a circunstância I configura ilegalidade.
- 
62. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado no âmbito da Administração direta e indireta do Município de Recife, de acordo com a legislação e normatização de regência, quando
- I. houver necessidade de contratações frequentes em face das características do bem ou serviço.
  - II. for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
  - III. for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.
  - IV. não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração em função da natureza do objeto.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) I e IV, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I, apenas.
  - (E) III, apenas.



63. A fase externa das licitações realizadas no Município de Recife, na modalidade pregão eletrônico, conforme disciplina do Decreto Municipal nº 22.592, de 22 de janeiro de 2007,
- (A) corresponde às etapas de elaboração do termo de referência e do edital e finaliza-se com a publicação do mesmo, que, independentemente do valor estimado da contratação, deverá ocorrer apenas no Diário Oficial do Município.
  - (B) pode ser dispensada, a critério do pregoeiro, efetuando-se os avisos, convocações e divulgação de resultados exclusivamente no âmbito da rede mundial de computadores (internet).
  - (C) inicia-se com a convocação dos interessados por meio de aviso, cuja publicação em jornal de grande circulação somente é exigível quando o valor estimado para o objeto do certame for superior a R\$ 650.000,00.
  - (D) inicia-se após os licitantes se desconectarem do sistema eletrônico no âmbito do qual se opera a fase competitiva, a partir de quando se inicia a fase de interposição de recursos, que deverão ser apresentados por meio físico, com a juntada dos documentos necessários para seu embasamento.
  - (E) resume-se à publicação do aviso da data da realização da sessão pública, que será publicado exclusivamente no sítio eletrônico da secretaria ou entidade da Administração municipal responsável pelo certame, vedada a adoção de outras formalidades.
- 
64. A repactuação de contratos administrativos firmados pela Administração direta e indireta do Município de Recife, de acordo com o que preconiza o Decreto nº 23.127/2007,
- (A) é expressamente vedada, independentemente do objeto contratual, somente sendo admissível para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
  - (B) é admitida em contratos cujo objeto seja a prestação de serviços de forma contínua, visando à adequação a novos preços de mercado.
  - (C) é obrigatória em todos os contratos de obras e serviços celebrados antes da publicação do referido decreto, devendo ensejar redução de ao menos 20% do preço contratado sem redução do objeto.
  - (D) pode assumir a forma de redução quantitativa do objeto contratado, até o limite de 50% do valor original atualizados, sendo, dentro de tal limite, obrigatória para a contratada.
  - (E) pode se dar na forma de substituição do índice de reajuste previsto no instrumento convocatório, como forma de favorecer a modicidade tarifária.
- 
65. Considere que determinado órgão integrante da Administração pública do Município de Recife intente contratar empresa de notória especialização para a prestação de serviços técnicos especializados, concluindo tratar-se de hipótese de inexigibilidade de licitação. No que concerne à estimativa de preço dos serviços contratados, de acordo com a normatização vigente no âmbito do Município,
- (A) a autoridade que declarar a inexigibilidade de licitação deverá, no mesmo ato, informar os critérios que foram utilizados para aferir a compatibilidade do valor contratado com os preços de mercado, vedada comparação com aqueles constantes em bancos de preços administrados por outro órgão da Administração.
  - (B) deverão ser obtidos no mínimo três orçamentos junto a empresas do mesmo porte da que se pretende contratar, de forma que o valor da contratação não extrapole a média ponderada dos referidos orçamentos, devidamente atualizada até a data da contratação.
  - (C) descabe pesquisa de preços, consulta a banco de dados ou obtenção de orçamentos prévios, sendo necessária apenas a comprovação de compatibilidade do preço contratado com os praticados no mercado, mediante despacho fundamentado da autoridade contratante.
  - (D) deverão ser utilizados, para fins de balizamento dos valores da contratação, prioritariamente os preços de serviços efetivamente contratados pela Administração direta ou indireta mediante procedimento licitatório realizado nos últimos 6 meses, com objeto similar ao da contratação pretendida.
  - (E) deverá ser utilizada como fonte para tal estimativa a Tabela Referencial de Preços, administrada pela Diretoria Geral de Licitação e Compras da Secretaria de Finanças, caso o objeto a ser contratado possua preço de referência, prescindíveis outras fontes de consulta.
- 
66. No que concerne à formalização dos contratos administrativos, na forma disciplinada pela Lei nº 8.666/1993,
- (A) admite-se contrato verbal para as compras e serviços de pequeno valor e entrega imediata ou pronta execução, até o montante individual máximo de R\$ 8.000,00.
  - (B) o instrumento de contrato somente é exigível quando na precedente licitação tenha sido adotada a modalidade concorrência, facultando-se, nos demais casos, a substituição por nota de empenho.
  - (C) os contratos que decorram de dispensa ou inexigibilidade de licitação não demandam publicação resumida na imprensa oficial, cabendo, contudo, a publicação da ratificação pela autoridade competente.
  - (D) a publicação resumida do contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial constitui condição de eficácia do contrato, qualquer que seja o seu valor.
  - (E) as aquisições realizadas no âmbito do sistema de registro de preços dispensam a formalização mediante termo de contrato, o qual é exigível em todos os demais casos.

67. Suponha que uma empreiteira contratada pela Administração para construção de uma estrada esteja pleiteando em juízo o ressarcimento de custos de desmobilização em função de rescisão do contrato celebrado para tal objeto. De acordo com o disposto na Lei nº 8.666/1993, tal pleito afigura-se
- (A) procedente em quaisquer hipóteses de rescisão unilateral pela Administração, assegurado à contratada também pagamento de perdas e danos, incluindo os lucros cessantes.
  - (B) procedente na hipótese, por exemplo, de a rescisão ter ocorrido em face de caso fortuito ou força maior impeditivo da execução do objeto, verificada ausência de culpa da contratada.
  - (C) improcedente, salvo se a rescisão se der em face de atraso dos pagamentos devidos pela Administração, por período superior a 90 dias.
  - (D) improcedente, não sendo devido qualquer ressarcimento à contratada, o que não afasta a possibilidade de pagamento de indenização na hipótese de rescisão amigável a título de multa compensatória.
  - (E) procedente na hipótese, por exemplo, de rescisão por iniciativa da contratada em face de quaisquer reduções quantitativas do objeto em relação ao valor originalmente pactuado.
- 
68. Os contratos administrativos são informados por um regime jurídico especial que confere à Administração contratante prerrogativas em face dos contratados, exorbitante do direito comum. Não obstante, a Lei nº 8.666/1993 confere ao particular que contrata com a Administração o direito de
- (A) suspender, unilateralmente, o cumprimento de suas obrigações na hipótese de descumprimento das obrigações da Administração contratante, invocando a exceção do contrato não cumprido.
  - (B) alterar unilateralmente o contrato, como forma de reestabelecer a equação econômico-financeira existente no momento da apresentação da proposta.
  - (C) recusar acréscimos ou supressões aos montantes originalmente contratados, em quaisquer percentuais, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
  - (D) rescindir, judicialmente, o contrato diante de atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela Administração, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
  - (E) retirar os equipamentos e instalações utilizados para a execução do objeto contratado na hipótese de recusa da Administração ao pagamento dos lucros cessantes devidos na hipótese de anulação do contrato.
- 
69. Suponha que o Município pretenda atuar em conjunto com o governo estadual para implementação de um programa de apoio à população afetada por fortes chuvas ocorridas na região metropolitana, com a remoção de famílias das áreas de risco e execução de obras emergenciais para evitar deslizamentos. Para tanto, o Estado está disposto a disponibilizar recursos financeiros destinados às referidas ações, inseridas no orçamento da Defesa Civil, que seriam executadas pelo Município. O instrumento jurídico adequado para viabilizar essa colaboração consiste em
- (A) contrato de gestão, como forma de delegação de competências e obrigações do Estado ao Município, que atua diretamente ou por intermédio de organizações sociais devidamente qualificadas.
  - (B) consórcio público, destituído de personalidade jurídica, porém com capacidade para assumir obrigações de natureza orçamentário-financeiras.
  - (C) convênio, com a conjugação de esforços envolvendo interesses convergentes e aplicação dos recursos nas ações constantes do correspondente plano de trabalho.
  - (D) termo de parceria, admitindo-se a aplicação dos recursos estaduais apenas em ações de responsabilidade deste ente e vedada a remuneração de pessoal.
  - (E) protocolo de intenções, que limita as transferências ao exercício em curso, podendo ser convolado em contrato de rateio para repasse nos exercícios subsequentes.
- 
70. Suponha que o Município pretenda conceder à iniciativa privada a exploração de serviços de saneamento básico, considerando a ausência de recursos públicos suficientes para realizar, no curto prazo, a necessária ampliação da infraestrutura existente bem como a inviabilidade de aumento da tarifa cobrada tendo em vista o perfil dos usuários. Diante de tal cenário, apresenta-se como alternativa juridicamente viável para a consecução dos fins colimados pelo Município a contratação de
- (A) parceria público-privada, na modalidade administrativa ou patrocinada, vedado o pagamento de contraprestação pecuniária pelo Município, salvo na forma de subsídio a categorias específicas de usuários.
  - (B) concessão administrativa, admitindo-se o repasse mensal de recursos pelo Município em complementação à tarifa cobrada dos usuários.
  - (C) concessão patrocinada, admitida a complementação da receita tarifária auferida pela concessionária apenas na forma de subvenção para investimento aportada pelo Município.
  - (D) concessão de serviços precedida de obra pública, com aporte de recursos do Município, desde que após a disponibilização, pela concessionária, de parcela fruível do objeto concedido.
  - (E) concessão patrocinada, com complementação da tarifa cobrada dos usuários mediante contraprestação paga pelo Município.

**Gestão de Pessoas**

71. A gestão estratégica de pessoas surgiu a partir da percepção do impacto do capital humano na consecução das estratégias organizacionais, tornando-se uma vantagem competitiva. Um dos traços distintivos de tal modelo em relação à abordagem tradicional consiste na descentralização, com a delimitação dos conceitos de função de *staff* e responsabilidade de linha, sendo:
- I. função de *staff* desempenhada pela área de RH, envolvendo consultoria e assessoria.
  - II. responsabilidade de linha atribuída a cada gestor em relação a seus subordinados.
  - III. função de *staff* de natureza operacional, ligada a medidas concretas.
  - IV. autoridade de linha de natureza normativa, prescrevendo procedimentos uniformes.
- Esta correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e IV.
  - (C) II e III.
  - (D) I; II e IV.
  - (E) III e IV.
- 
72. As atividades de recrutamento e seleção no âmbito das organizações
- (A) são sequenciais, sendo a seleção, de âmbito interno e externo, precedente ao recrutamento.
  - (B) são concomitantes, porém com alcance diverso, sendo o recrutamento de âmbito externo e a seleção, interno.
  - (C) não se confundem, sendo o recrutamento prévio à seleção, e esta última a que efetiva o preenchimento do cargo.
  - (D) são próprias de planejamento de RH, demandando consultoria externa especializada.
  - (E) objetivam, ambas, a prospecção de talentos, ocorrendo independentemente da existência de cargo vago.
- 
73. Considere que uma sociedade de economia mista controlada pelo Município deseje implementar avaliação de desempenho de seus empregados, objetivando obter aumento de eficiência, e a consultoria contratada para apoiar tal iniciativa tenha sugerido a adoção da Avaliação Circular, também denominada 360°. Caso a companhia decida adotar a referida metodologia, uma etapa que se afigura necessária consiste
- (A) na identificação dos 10% melhor avaliados, para fins de promoção.
  - (B) em credenciar avaliadores certificados.
  - (C) em escolher os avaliados, eis que tal avaliação se dá por amostragem.
  - (D) na autoavaliação realizada pelos empregados avaliados.
  - (E) na adoção prévia de escala fixa de pontuação, com o gradiente de 90, 180 e 360 pontos.
- 
74. Os denominados “artefatos observáveis”, na forma definida pela doutrina, dizem respeito
- (A) a item determinante nas pesquisas de aferição do clima organizacional.
  - (B) aos aspectos mais superficiais e visíveis da cultura organizacional.
  - (C) aos fatores da cultura que mais influenciam o clima organizacional.
  - (D) ao resultado de pesquisa de clima organizacional que não se relaciona com a cultura.
  - (E) a fatores exógenos à organização, ligados ao ambiente externo, que influenciam seu clima e cultura.
- 
75. Suponha que um gestor que tenha acabado de assumir função de direção de um hospital municipal tenha se defrontado com a ocorrência de atraso na entrega de medicamentos pelo fornecedor responsável. Foi informado pelo seus subordinados que se trata de um problema recorrente, para o qual já existe, inclusive, um protocolo de atuação, com a utilização de estoque reserva e providências subsequentes para regularização do fornecimento. Nesse sentido, referido gestor tomou as decisões necessárias seguindo o referido protocolo. Do ponto de vista do processo decisório, pode-se dizer que o mesmo envolveu decisões que a literatura denomina
- (A) preditivas, atuando sobre a cadeia de ações geradora do problema.
  - (B) não-programadas, assim consideradas as decisões que precisam ser tomadas de forma imediata.
  - (C) reativas, que são aquelas mais apropriadas para problemas ordinários e recorrentes.
  - (D) interativas, com o enfrentamento das causas dos problemas.
  - (E) programadas, pois se valeu do acervo de soluções disponível na organização.

76. Suponha que uma consultoria especializada tenha sido contratada para estudar o comportamento dos líderes de uma empresa pública, visando à melhoria da gestão. Utilizando os conceitos predicados pela Teoria do Recurso Cognitivo, desenvolvida por Fiedler e Joe Garcia, identificou que os líderes da empresa pública possuíam, em sua maioria, comportamento diretivo, o que, de acordo com tal teoria,
- (A) pode gerar imobilismo e baixa eficiência, se não for aliado a um grau constante de pressão, já que o estresse é o indutor da inteligência e inovação.
  - (B) reduz a importância da experiência do líder em situações de tensão, eis que o estresse é um indutor da criatividade.
  - (C) significa que o líder não consegue suportar situações rotineiras, somente se mostrando eficaz em cenários de alta tensão.
  - (D) exclui a importância do grau de pressão no desempenho do líder, eis que o mesmo é resultado apenas de sua capacidade intelectual.
  - (E) garante eficiência em situações apoiadoras e de baixa tensão, na medida em que o estresse é inimigo da racionalidade.
- 
77. Considere que os gestores de determinada entidade integrante da Administração municipal, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para motivar os servidores, tenham decidido se valer de teorias consagradas a respeito do fenômeno da motivação no ambiente organizacional. Nesse contexto, optaram por aplicar os conceitos da Teoria da Expectativa, desenvolvida por Victor Vroom, entre os quais,
- (A) reforço positivo, que consiste na repetição de estímulos da mesma natureza para induzir determinado comportamento desejado.
  - (B) valência, correspondente ao valor atribuído ao resultado, sendo a medida de atração que o resultado (recompensa) exerce sobre o indivíduo.
  - (C) reforço negativo, que consiste em punições, sanções ou desincentivos, que, quando aplicados, impedem a motivação.
  - (D) expectância, que é a medida de custo-benefício que cada indivíduo confere a determinada ação e que se contrapõe à motivação intrínseca.
  - (E) fatores de subsistência, que se encontram na base da pirâmide das necessidades humanas e que, se não satisfeitos, impedem qualquer tipo de motivação.
- 
78. Entre as abordagens comumente apontadas pela literatura para a gestão de conflitos no ambiente organizacional, aquela denominada "estrutural"
- (A) considera que o conflito é inerente à organização e não deve ser evitado, mas, ao contrário, fomentado de forma controlada.
  - (B) atua diretamente no episódio do conflito, buscando sua desativação ou redução de sua intensidade.
  - (C) busca a causa remota do conflito instalado, efetuando a sua desescalonização para o correspondente enfrentamento.
  - (D) atua sobre condições que predisõem ao conflito, o qual ainda não está instalado, minimizando as diferenças.
  - (E) atua apenas sobre as consequências negativas do conflito, preservando os efeitos positivos que sempre são gerados.
- 
79. Um dos aspectos centrais da aplicação da metodologia de gestão de pessoas por competências consiste em
- (A) identificar a lacuna existente entre as competências disponíveis na organização e aquelas demandadas para o desempenho dos cargos nela existentes.
  - (B) mapear as competências existentes em outras organizações de excelência que atuem no mesmo mercado, aplicando-as internamente.
  - (C) definir as competências de primeiro e segundo graus que cada colaborador deve desenvolver, atuando apenas sobre as primeiras.
  - (D) estabelecer um ranqueamento dos profissionais mais competentes da organização, com promoções e desligamentos automáticos a partir da posição ocupada.
  - (E) suprir os *gaps* (defasagens) de conhecimento dos colaboradores a partir da valorização e reconhecimento de outras competências comportamentais.
- 
80. No que tange à aprendizagem organizacional, o foco do denominado modelo behaviorista é o
- (A) conhecimento formal e seu aprimoramento e apreensão pelos indivíduos.
  - (B) conhecimento tácito e a sua transmissão e internalização.
  - (C) comportamento dos indivíduos, que comporta observação e modificação.
  - (D) processo de aquisição de conceitos e resolução de problemas.
  - (E) processo de transformação de conhecimento tácito em formal.